

**DISCURSO DO VEREADORE EZEQUIEL MACEDO GALVÃO
PRESIDENTE DA CASA LEGISLATIVA GESTÃO 2021-2022**

ENTRONIZAÇÃO DA FOTOGRAFIA NA GALERIA DE PRESIDENTES

Exmo. Sr. Presidente Vereador Gladston Gabriel, Exma sra. Vereadora Professora Beth, excelentíssimos colegas Vereadores. Servidores da casa, assessores e imprensa. Minha querida esposa Kenia Oliveira Melo, minha querida e amada filha Maria Luiza e minha querida mãe que nos acompanha pelo Youtube.

É uma honra e uma responsabilidade muito grande ser parlamentar e uma honra maior ainda ter sido presidente desta casa. Ocupar um lugar na galeria de presidentes é muito importante e marca minha vida profundamente, mas isso não terá valor nenhum se eu, como parlamentar, não cumprir o meu dever e o propósito para o qual fui eleito.

Muitas pessoas acreditaram e acreditam em mim e no meu trabalho, portanto, esperam que este trabalho produza frutos, ou seja que a minha atuação como parlamentar faça diferença na vida de nossas famílias e que minha atuação transforme para melhor o nosso município.

A grandeza desta Casa não se resume na atuação somente do presidente, mas também no fruto do trabalho de cada um dos vereadores. Não se faz uma casa legislativa somente de presidentes, por isso gostaria de destacar aqui a atuação de cada parlamentar do presente e do passado. Destaco também o trabalho de cada servidor que, exercendo sua função, proporciona condições para que o vereador cumpra seu papel. Aqui aproveito para agradecer cada servidor que trabalhou comigo nos dois anos de minha presidência, agradeço também meus pares. Mesmo com tantas dificuldades que enfrentamos, passando inclusive pela pandemia da COVID-19, conseguimos desenvolver um trabalho primoroso.

A Galeria dos Presidentes mostra o legado da Câmara Municipal que traz consigo a história política de Patos de Minas, com o registro de tantos nomes importantes que, ao longo de seus 155 anos, presidiram a Casa Legislativa.

Realizou-se a primeira eleição de sete vereadores, em 8 de dezembro de 1867. A apuração geral dos votos se deu somente em 29 de janeiro de 1868. Apurados os votos e verificada a legalidade da votação, os vereadores eleitos prestaram juramento e tomaram posse em 29 de fevereiro de 1868, com exceção do Padre Cândido da Rocha Camacho, que desistiu do cargo e acabou renunciando. Foram eleitos naquele ano: Major Jerônimo Dias Maciel – Presidente da Câmara, Antônio Correia da Silva, José Pereira Guimarães, Manoel José da Motta, Antônio José Coelho, José Alves Pinto e Padre Cândido da Rocha Camacho.

A instalação da Câmara e, conseqüentemente da Vila, se deu com grandes solenidades, em 29 de fevereiro de 1868, uma vez que, com a instalação da Câmara nessa data, o município de Patos de Minas se tornou independente político-administrativamente. Naquele momento, surgia uma nova unidade política na Província de Minas Gerais, detentora de vida e atos independentes, pois se emancipava da Vila de Patrocínio. Acrescenta-se que, após a criação da Câmara, a Vila de Santo Antônio dos Patos só foi elevada à categoria de cidade 24 anos depois, em 24 de maio de 1892.

Porque estou fazendo menção a história desta casa, nobres Vereadores. Porque não podemos nos esquecer daqueles que vieram antes de nós e deram sua contribuição para o bem do nosso povo. As paredes da casa mais bonita são levantadas sobre os alicerces escondidos na terra e colocados pelo trabalho e pelo sacrifício de outras pessoas.

Uma legislatura, que visa ao bem comum, sabe valorizar os alicerces colocados por legislaturas anteriores. Só podemos exercer bem o nosso trabalho hoje, porque outros vieram antes de nós e criaram condições para isso. E assim, devemos fazer um trabalho de qualidade para os que vierem depois de nós possam dar encaminhamento e trazer melhorias para nossa Patos de Minas.

Por esta cadeira passou o vereador Major Jerônimo e tantos outros, como vereador Bartolomeu, vereador Carlito, vereador Vicente e também eu, sendo que hoje ocupa esta cadeira o vereador Presidente Gladston. Todos nós passamos, mas fica o legado. Para mim fica também a consciência do dever cumprido, não fiz nada mais que minha obrigação. Procurei exercer bem a missão que me foi dada, pautei minha gestão na legalidade, mas sem esquecer a coerência, o bom senso, o diálogo, o respeito aos pares, aos servidores e principalmente ao bem público e ao povo.

Não podemos nos esquecer que quem assume a responsabilidade do governo, quer pelo Poder Executivo, quer pelo Poder Legislativo, torna-se alvo fácil do elogio e da crítica maliciosa, ambos alicerçados no jogo duro de interesses. É sabedoria desconfiar do elogio, é sabedoria valorizar as críticas no que trazem de bom, sem perdermos a nossa paz interior pelo azedume da inveja que, às vezes, as motiva, ou pelo amargor da calúnia, a pobre e velha arma dos medíocres e dos incompetentes.

No calendário litúrgico da Igreja, havia santos padroeiros em quase todas as profissões. Faltava, porém, um santo padroeiro a cuja proteção os governantes e políticos pudessem recorrer inspirando-se em seus exemplos no dia a dia do exercício da própria missão. Para suprir essa lacuna e em razão da importância da atividade política, o saudoso Papa São João Paulo II, em 31 de outubro de 2000, declarou o filósofo São Thomas Morus padroeiro dos chefes de Estado e dos políticos. A sua figura é verdadeiramente exemplar para todo o que é chamado a servir o homem e a sociedade no âmbito civil e político.

Thomas Morus, nascido em Londres, em 1478, formado em Direito pela Universidade de Oxford, usufruiu da amizade de grandes figuras da Renascença, entre as quais Erasmo de Rotterdam, também filósofo. Estimado pela sua integridade moral indefectível, argúcia de pensamento, caráter aberto e divertido, erudição extraordinária, foi chamado pelo Rei Henrique VIII, em 1529, num momento de crise política e econômica do País.

Ocupou vários cargos, tendo sido membro do Parlamento e alcançado, em 1529, o alto posto de Primeiro Ministro da Inglaterra por designação de Henrique VIII. Além de tão relevantes atividades, havia antes, desempenhado, com êxito, várias missões diplomáticas que lhe foram confiadas pelo mesmo rei.

Ele fez da atividade política uma prestação de serviço, não ao poder, mas às pessoas, especialmente as mais carentes. Esteve sempre comprometido com a defesa da família. Deu exemplo de desapego em relação às honras e às riquezas diante do compromisso com a sua consciência. Foi conhecedor da natureza humana e não sucumbiu à vaidade do sucesso na vida pública. Quando foi convocado a fazer diante do rei Henrique VIII um juramento que violava sua consciência, preferiu sofrer a prisão na terrível “Torre de Londres” e morrer, no mesmo ano, decapitado!

O testemunho eloquente dado por ele é muito atual num momento histórico que apresenta desafios cruciais para a consciência de quem tem responsabilidades diretas na gestão da vida pública. Que a exemplo de São Thomas Morus, Srs. Vereadores, busquemos a “luz divina”, para que possamos corresponder à nobre missão que nos foi dada.

Patos de Minas, 05 de outubro de 2023.